

**DOCUMENTOS DE ARQUIVOS PARTICULARES NO ENSINO DE
HISTÓRIA: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS SOBRE
A CAMPANHA ELEITORAL DE 1958 NO RIO GRANDE DO SUL**

***DOCUMENTS OF PRIVATE ARCHIVES IN HISTORY TEACHING:
BUILDING KNOWLEDGE ABOUT THE
1958 ELECTION CAMPAIGN IN RIO GRANDE DO SUL***

Samuel da Silva Alves^{*}
Cleusa Maria Gomes Graebin^{**}

RESUMO: Este artigo propõe reflexão acerca das potencialidades de utilização de fontes oriundas de arquivos particulares no ensino de História, com ênfase nas estratégias de mobilização eleitoral utilizadas durante o período de 1945-1964. Nosso estudo utiliza um *corpus* documental relativo à campanha de Walter Peracchi Barcelos nas eleições de 1958, no Rio Grande do Sul, na qual foi candidato ao Governo do Estado. Tais fontes são oriundas do arquivo particular desse político, que se encontra custodiado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Após refletirmos sobre arquivos particulares, história política e discutirmos o corpus documental, apresentamos uma sequência didática a ser trabalhada com alunos do terceiro ano do Ensino Médio.

PALAVRAS-CHAVE: ensino de história; arquivos particulares; história política; experiência democrática; campanha eleitoral.

ABSTRACT: This article proposes a brief reflection about the potential of applying sources derived from private collections in history teaching with emphasis on the electoral mobilization strategies used during the period of 1945-1964. Our study uses the documentary *corpus* related to the campaign of Walter Peracchi Barcelos in the 1958 elections in Rio Grande do Sul, in which he was a candidate for the State Government. These sources come from the collection of this politician that are saved on the Historical Archive of Rio Grande do Sul. After reflections about the private archives, political history and discussions on the documentary *corpus*, we present a didactic sequence to be developed with students of the third year of Elementary School.

KEYWORDS: history teaching; private archives; political history; democratic experience; election campaign.

^{*} Graduando em História na Universidade La Salle. Bolsista de iniciação científica FAPERGS. Email: <samuel.alves13@outlook.com>.

^{**} Doutora pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. Professora do curso de graduação em História da Universidade La Salle. Email: <cleusamggr@gmail.com>.

INTRODUÇÃO

No intuito de suplantar um ensino firmado em conjunto de informações transmitidas aos alunos por meio de atividades mnemônicas como revisão de conteúdos, questionários, linha do tempo, produção textual que se reduz a uma “colcha de retalhos” com cópias de trechos de textos de diferentes procedências (livros didáticos ou artigos postados em ambiente virtual), professores de História têm procurado diversificar suas práticas em sala de aula com as chamadas metodologias ativas¹.

No entanto, em que pesem as discussões nos cursos de Licenciatura em História, as diversas obras escritas por educadores/historiadores em relação às propostas curriculares para que o ensino da disciplina permita ao aluno perceber as experiências pessoais e coletivas inseridas em processos de transformação diferenciados, a possibilidade de acessar diversas tecnologias e variadas informações, ainda observamos um bom número de professores informando e alunos reproduzindo conteúdos.

Pelo que tem sido possível verificar, em parte de escolas das redes pública e privada da Região Metropolitana de Porto Alegre em que atuamos como estagiário curricular e como supervisora de estágio, para boa parte dos docentes, as práticas metodológicas acabam por se constituir em uma espécie de ativismo que não leva em consideração a realidade e os saberes dos alunos, a formação de consciência histórica e uma aprendizagem significativa por parte desses. O desenvolvimento do aluno enquanto sujeito social, capaz de analisar e questionar a realidade na qual se encontra inserido, está intrínseco, entre outros, à produção do conhecimento histórico e ao saber relacionar-se criticamente com o que já foi produzido, como informa Cabrini (2000).

Neste sentido, pensamos em refletir junto com graduandos da Licenciatura em História da Universidade La Salle sobre o ensino de História e uso de fontes primárias, bem como elaborar sequência didática para alunos de terceiro ano de Ensino Médio, tratando da construção de conhecimentos acerca de experiências democráticas (neste caso a do período 1945-1964) e campanhas eleitorais no processo histórico brasileiro, centrando nosso olhar sobre as eleições ocorridas em 1958, com o objetivo de auxiliar na compreensão da trajetória da política partidária no país. Para isso, utilizamos documentos referentes à campanha de

¹ Trata-se de concepção educacional que entende o aluno como principal agente de seu aprendizado. O professor assume o lugar de condutor das aulas e de incentivador de postura crítica e reflexiva dos alunos, que são o centro do processo. A metodologia ativa busca potencializar a autonomia individual do aluno, de forma holística, a fim de que este tenha a compreensão dos aspectos que envolvem, tanto do que lhe é mais próximo, quanto do mais distante (MORÁN, 2015).

Walter Peracchi Barcelos, candidato pela Frente Democrática² ao Governo do Rio Grande do Sul em 1958.

Walter Peracchi Barcelos foi militar e político brasileiro nascido em Porto Alegre no dia 14 de maio de 1907. Iniciou sua carreira na Brigada Militar ainda muito jovem, em 1922, galgando todos os postos hierárquicos da corporação, até alcançar o cargo de Comandante Geral, em 1949. Como político, exerceu os cargos de Deputado Estadual, eleito em 1950 e 1954, Deputado Federal, eleito em 1962 e Governador do Rio Grande do Sul, indicado pelo Governo Militar, entre os anos de 1966 e 1971. Foi também Ministro do Trabalho e Previdência Social e diretor do Banco do Brasil. Além disso, concorreu ao Governo do Rio Grande do Sul em 1958, sendo derrotado pelo candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Leonel de Moura Brizola. Faleceu em Porto Alegre, no dia 13 de agosto de 1986³.

As fontes utilizadas neste trabalho fazem parte de um *corpus* maior, formado por documentos do acervo particular do próprio Walter Peracchi Barcelos, custodiado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Entre esses documentos, predominam aqueles que remetem às suas atividades políticas. Os demais são de ordem pessoal, como correspondências recebidas e expedidas, convites, homenagens, dados profissionais, anotações, entre outros.

O acervo está dividido em 16 caixas-arquivo, observando a organização feita pelo próprio Walter Peracchi Barcelos na maioria das pastas. Os documentos avulsos foram divididos obedecendo ao critério temático. Os documentos estão distribuídos em 16 séries, sendo elas: Homenagens e convites; Relatórios, Questionários e requerimentos; Informações sobre o RS; Agendas oficiais; Projetos sociais e filantropias; Divulgação; Anotações pessoais; Questões legais e legislação; Material político-partidário; Banco da Província; Dados profissionais; Correspondência; Jornais; Folhetos e publicações; Jornais anos 1970,80 e 90; Discursos. Além destas, possui também um acervo iconográfico, ainda em fase de organização. Utilizaremos na análise a seguir, uma série de fontes, tais como panfletos, santinhos, flâmulas, cartazes, discursos, recortes de jornais e fotografias, relativos à campanha eleitoral de Walter Peracchi Barcelos nas eleições ao Governo do Rio Grande do Sul em 1958, oriundas das seguintes séries: Material político-partidário, Jornais, Discursos e Fotografias.

² União do Partido Social Democrático (PSD) com partidos de menor expressão, como a UDN e o Partido Libertador (PL) –, que agia, principalmente, nas eleições ao Governo e Senado, como uma força única.

³ CPDOC, FGV. Dicionário Histórico Biográfico [online]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 23 nov. 2016.

ACERVOS PARTICULARES

Protegidos pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, dá outras providências e institucionaliza tais arquivos como integrantes da identidade nacional brasileira⁴, esse tipo de acervo tem despertado o interesse de pesquisadores, notadamente os historiadores. Entretanto, apesar da proteção prevista em lei, não há no Brasil, conforme explica Bacellar (2008), uma prática de conservação deste tipo de documentação, sendo inúmeros os relatos de destruição daquilo que poderia vir a se transformar em relevantes fontes históricas. Segundo o autor, raros são os casos de organização e disponibilização para pesquisa, por parte de produtores ou detentores, dessa modalidade de acervo. Na maioria dos casos, tais acervos ficam sob tutela de arquivos públicos ou centros de documentação, mediante aquisição via compra ou doação, porém, muitos destes acervos ainda permanecerem em posse das famílias de seus colecionadores.

Mas o que são, de fato, tais acervos? Segundo Vidal, trata-se do “conjunto dos documentos produzidos ou/e pertencentes a uma pessoa, um indivíduo, resultados de uma atividade profissional ou cultural específica” (2007, p. 16). Conjunto este que, de acordo com Prochasson (1998), pende para o lado mais íntimo de quem o elaborou, uma vez que, no momento de sua produção, não se buscava um nível de oficialidade, característico de outros acervos e que, conforme explica Vidal (2007), se diferencia dos arquivos privados e dos acervos familiares, pois seu alcance cronológico limita-se ao período de vida do indivíduo que o constituiu, podendo ser organizado em vida pelo mesmo, por auxiliares a ele ligados – em caso de pessoa pública –, ou ainda após o seu falecimento, por familiares e amigos⁵.

Preteridos há décadas atrás, estes acervos inspiram nos dias atuais, segundo Bellotto (1998), não apenas pesquisas históricas, mas inúmeros outros trabalhos acadêmicos e de ficção, bem como exposições, seminários, entre outros, graças a sua interdisciplinaridade, que permite infinitas abordagens e olhares sobre o mesmo documento. Mas, para além dos motivos já expostos, o que torna estes acervos tão atrativos, em especial aos estudos históricos? Conforme Penna e Graebin (2010), uma análise mais apurada destes acervos permite visualizar redes de sociabilidade, esboçadas através da prática de relacionamento

⁴ BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. CONARQ. Legislação Arquivística Brasileira [online]. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/coleanea/maio_2016/jan_2017/CONARQ_legarquivos_janeiro_2017_pdf.pdf>. Acesso em 9 ago. 2017.

⁵ CPDOC, FGV. O que são arquivos pessoais [online]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>>. Acesso em 24 nov. 2016.

pessoal, social e também político, revelada através de cartas, bilhetes e anotações, que evidenciam acontecimentos, práticas políticas e trocas intelectuais. Para Gomes (1998), aí reside o principal encanto dos acervos particulares: sua documentação permite dar vida à história, enchendo-a de homens, com virtudes e qualidades, e não apenas de nomes. Uma documentação produzida com marcas de personalidade, que, por não ser direcionada unicamente ao espaço público, traz consigo traços de intimidade e espontaneidade, o que inspira mais e mais pesquisadores e professores a mergulharem no interior destes acervos.

O DOCUMENTO ENQUANTO FONTE HISTÓRICA, O MÉTODO E O TRABALHO DO HISTORIADOR EM ACERVOS PARTICULARES

A consolidação da História enquanto ciência está diretamente associada à questão documental. Conforme explica JLe Goff, “a história tornou-se científica ao fazer a crítica dos documentos a que se chama fontes” (1990, p. 110). Documentos estes que o autor não considera inocentes. Na ótica de Le Goff, todo documento é também um monumento e, como tal, deve ser desestruturado, desmontado. Portanto, não se trata apenas de um mero resquício do passado, mas sim “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder” (Idem, p. 535-536).

Na busca por esse “desmonte” da fonte, entra em cena uma importante ferramenta do fazer historiográfico: o método. Segundo Barros (2011), nenhuma disciplina adquire sentido sem que se desenvolva e aplique, entre outras coisas, certas metodologias. Tais metodologias permitem, segundo Pesavento (2003), fazer da história uma ficção controlada, por meio da garantia de meios de controle e verificação do conhecimento, ao mesmo tempo em que têm nas fontes históricas, de acordo com Barros (2011), elementos de importância máxima, uma vez que, de certo modo, correspondem ao seu cerne.

Acerca da relação entre método e acervos particulares, François (1998) afirma que novos tipos de repositórios, emergentes a partir da metade do século XIX, dentro das quais estão incluídos os arquivos particulares, exigem por parte do historiador uma série de cuidados metodológicos, tais como a crítica às fontes – quem constituiu tais fontes? Em que condições foram constituídas? Qual o propósito de sua constituição? O que expressam? O que dizem? O que não dizem? –, a interrogação às fontes – lembrar que as fontes só “falam” a partir do momento em que são questionadas e que a qualidade das respostas está diretamente ligada a qualidade das questões a elas direcionadas –, a noção de que as fontes não dizem tudo – mesmo a partir de uma análise aprofundada e de um questionamento correto –, e o compromisso com a ética e com a verdade histórica. Corroborando com a tese de François,

Bacellar (2008) destaca a necessidade de contextualização da fonte e de entendê-la à luz de sua época, de atenção na interpretação de pesos, medidas e volumes, da discussão acerca dos critérios adotados por quem produziu tal documento, do cruzamento de diferentes fontes, entre outras. Cuidados indispensáveis não apenas ao pesquisador, mas também ao docente que propõe a utilização deste material em suas aulas.

O *BOOM* DOS ACERVOS PARTICULARES E O RENASCER DA HISTÓRIA POLÍTICA

Definidos o que são, do que são compostos, como são constituídos, e elencados alguns cuidados metodológicos inerentes ao uso dos acervos particulares, seja na pesquisa ou ensino, é necessário que compreendamos outro importante aspecto referente aos mesmos: o momento em que passam a figurar, com destaque, no meio acadêmico, e a relação destes com a Nova História Política. Para isso, é necessário que retornemos ao início do século XX, ou, mais especificamente, à fundação dos Annales.

A historiografia, que por anos esteve ligada às monarquias e à formação dos Estados Nacionais, evidenciando a história dos grandes conflitos e dos grandes líderes, passou por profundas transformações em meados da década de 1920, quando deixou de lado o viés político e fixou-se na análise de questões econômicas e sociais. Nesse processo, a Escola dos Annales, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, desempenhou um papel proeminente. Segundo Burke (1992), as principais mudanças introduzidas pelos Annales são, entre outras, a substituição de uma história narrativa dos acontecimentos por uma história-problema, uma maior ênfase às atividades humanas na história, um diálogo com outras disciplinas, tais como a antropologia, a sociologia e a geografia, e a incorporação de uma vasta gama de métodos, técnicas, problemáticas, fontes e objetos de pesquisa.

Conforme Gomes (1998), a descoberta dos acervos particulares pelos historiadores está diretamente associada a essa transformação do campo historiográfico. Outro fator, destacado pela autora, é o florescimento da História Cultural. Ao recusar a “expulsão” do indivíduo da história, considerar a experiência dos homens em seu tempo e lugar como crucial para o entendimento dos processos sociais e rejeitar a oposição entre o individual e o coletivo, bem como entre o qualitativo e o quantitativo, a História Cultural cooperou para o chamado *boom* dos acervos particulares, em meados da década de 1970, que ofereceram à historiografia, novas e inúmeras perspectivas.

Essa valorização do indivíduo na história, associada a novas tendências historiográficas, repercutiu também de maneira significativa sobre os estudos do campo político, em especial a partir da metade do século XX, quando uma parcela de historiadores lançou novamente seu olhar sobre ele. Remond (2003), um dos precursores da Nova História Política, entende que esta renovação foi fortemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e por trocas com diversas outras disciplinas. Além destes, o autor classifica as transformações sociais ocorridas na segunda metade do século XX – que devolveram ao campo do político o seu prestígio –, e a dinâmica interna da pesquisa histórica como determinantes para aquilo que chama de “renascimento da História Política”.

Contudo, mais do que entendermos a existência e origem destas transformações, é necessário que compreendamos também outra questão: a implicância e a forma como estas modificações se manifestam nos estudos históricos. De acordo com Ferreira (1992), o eixo central desta mudança, proposta por autores como Remond e Jeanneney, decorre de um intercâmbio com a Ciência Política. Essa interação proporciona à participação na vida pública, um espaço privilegiado nas pesquisas históricas, que, por sua vez, trazem à luz objetos de estudo que outrora não recebiam, por parte da historiografia, uma grande atenção, tais como campanhas eleitorais, eleições, partidos políticos, opinião pública, mídia, entre outros. Ao integrar todos esses atores e objetos, dos mais aos menos favorecidos, Rémond (2003) destaca a reabilitação da História Política no campo historiográfico frente às acusações de elitismo e individualismo, das quais passou a ser vítima a partir da década de 1920.

Percebe-se, portanto, uma relação estreita entre o *boom* dos acervos particulares e a renovação da História Política. Este *boom*, pautado na revalorização do indivíduo na história, não tem como agente exclusivamente a História Cultural, mas também a História Política, que, bem como a primeira, possui fronteiras fluidas e móveis (GOMES, 1998). Dessa maneira, uma análise de ambos, de forma simultânea, como proposto neste trabalho, constitui-se como de suma importância, não apenas para pesquisas historiográficas, mas também para o ensino de História, em especial no que se refere ao campo político.

EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA, ELEIÇÕES, CAMPANHAS E MOBILIZAÇÃO ELEITORAL

Para analisar eleições e campanhas eleitorais ocorridas durante a experiência democrática, e, mais especificamente, as estratégias de mobilização eleitoral empregadas no período e suas possibilidades de abordagem em sala de aula a partir da documentação

presente no acervo particular de Walter Peracchi Barcelos, candidato ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1958, nosso ponto de partida será Bourdieu em suas reflexões sobre o campo político. Ao analisa-lo, Bourdieu (2012) afirma que campo político caracteriza-se, dentre outras formas, como um espaço onde se geram, a partir da concorrência entre os envolvidos no jogo, produtos políticos, problemas, programas, análises comentários, conceitos e acontecimentos políticos que visam alcançar os profanos, e também como o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. Para este fim, o autor afirma que os agentes envolvidos no jogo político elaboram e impõem aos cidadãos uma concepção do mundo social, capaz de obter a adesão de maior número possível.

Mas o que são, de fato, estas estratégias de mobilização eleitoral? Em que momento da história passaram a ser concebidas e aplicadas? Conforme explica Offerlé (2011), ocorreu de forma simultânea à consolidação do sufrágio universal, em meados do século XIX, o surgimento de políticos profissionais: indivíduos especializados na conquista e no exercício do poder. Na visão de Offerlé (Idem), ao se profissionalizarem, estes políticos tiveram de inventar, em especial durante fases de exercício da cidadania, como as eleições e campanhas eleitorais, tecnologias de conquista do voto (OFFERLÉ, 2005). Todavia, para que haja eleições e candidatos, é imprescindível que haja também eleitores. Neste sentido, o autor destaca a necessidade da construção da cidadania cívica, e questiona-se: “como levar os cidadãos a se tornarem cidadãos, a se inscrever e votar?” (Idem, 2005, p. 353). É neste cenário de necessidade de conquista do voto e da construção do eleitor, que surgiu a mobilização eleitoral: um conjunto de incitações por meio das quais os empreendedores passaram a trabalhar para criar o costume do voto. Mecanismos que permitiram não apenas a produção de agentes suficientemente interessados na competição política (OFFERLÉ, 2011b), mas também a obtenção do voto e a criação de laços entre candidatos, partidos e eleitores.

Como dito anteriormente, a formulação e aplicação de estratégias de mobilização está vinculada, em grande medida, as fases de exercício da cidadania cívica, como as eleições e campanhas eleitorais. Na tentativa de compreendermos tais estratégias e formularmos possíveis abordagens em sala de aula acerca das mesmas, é necessário que entendamos o real significado destes eventos. De acordo com Rémond (1996), o ato eleitoral caracteriza-se como o mais sincero e significativo de todos os comportamentos coletivos. Para o autor, as eleições, como objeto de análise, possibilitam a investigação sobre o equilíbrio de forças, as relações entre maioria e oposição e a composição dos governos, e servem também como

indicador do “espírito público”, vestígio da opinião pública e de seus movimentos, correntes e tendências na geografia eleitoral. A campanha, por sua vez, é considerada por Rémond (1996) como parte integrante de uma eleição, sendo seu primeiro ato. O autor compreende este momento não apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, mas também como a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião, que modificam a cada dia as intenções e relação de forças.

Ao analisar o contexto político brasileiro na Terceira República, Hippolito (2012) e Souza (1976) afirmam que, após o fim do Estado Novo, teve início a primeira experiência democrática brasileira, marcada pela realização de eleições para presidente da República e a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Segundo as autoras, esta nova fase da história nacional, iniciada entre 1945 e 1946, caracterizou-se pela ampliação do eleitorado, pela realização de eleições diretas para os poderes executivo e legislativo, e, conforme explica Jorge Ferreira (2011), pela consequente formação de partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos, que visaram mobilizar e conquistar os votos oriundos de camadas populares urbanas. Emergiram neste momento, aqueles que, de acordo com Gomes (1998), seriam os partidos de maior representatividade no período: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos ligados a Getúlio Vargas. No Rio Grande do Sul, segundo Cortés (2007), estes dois partidos representaram as principais forças políticas do estado desde 1947. Para o autor, a política gaúcha se reduziu ao conflito entre o PTB e a Frente Democrática. É nesse contexto de antagonismo entre dois blocos distintos, os trabalhistas e os anti-trabalhistas, que ocorrem as eleições de 1958 ao governo do Rio Grande do Sul. Tais eleições tiveram em Leonel Brizola, candidato pelo PTB, e Walter Peracchi Barcelos, candidato pela Frente Democrática, suas duas principais figuras.

Em sua análise acerca do pleito de 1958 no Rio Grande do Sul, Azevedo (1960) afirma: “Poucas vezes talvez, nos fastos cívicos do Rio Grande do Sul, apresentará uma campanha eleitoral, mercê da riqueza e variedade de aspectos que oferece tamanho campo para observações e inferências [...] como a que teve desfecho em 3 de outubro de 1958” (1960, p. 255). No tocante aos principais aspectos dessas eleições, o autor chama a atenção para a vultosa soma monetária despendida por candidatos e partidos políticos na compra de faixas, cartazes, volantes, publicações na imprensa e espaços de rádio, bem como para o uso excessivo da propaganda política, marcado pelo desvirtuamento da mesma, que em vários momentos se encaminhou para a retaliação pessoal, a difamação e a intriga, e também pelas centenas de quilômetros percorridos pelos candidatos em comícios e visitas às cidades, vilas e

distritos. Indo ao encontro do que afirma Azevedo (Idem), Cánepa declara: “as eleições de 1958 inauguraram o uso intensivo e extensivo do rádio na campanha eleitoral, ao lado das formais mais tradicionais de campanha, jornais, panfletos, comícios e etc.” (2005, p. 225). De acordo a autora, os candidatos serviram-se amplamente dos programas radiofônicos para pronunciamentos, lançamento de plataformas de Governo, entre outros, sendo muitos desses transcritos para jornais – geralmente em forma de “A pedidos” – pelos próprios partidos ou grupos interessados.

PARA ALÉM DOS ARQUIVOS: ENSINO DE HISTÓRIA E USO DE FONTES DE ARQUIVOS PARTICULARES EM SALA DE AULA

Conforme Fonseca (2003), os principais objetivos da História, enquanto disciplina escolar são, entre outros, educar o cidadão, preparar o aluno para a vida democrática e permitir que, progressivamente, esse possa conhecer a realidade e o processo de construção da história, bem como o seu papel enquanto cidadão no mundo. Para a autora, a História exerce um papel proeminente na formação da cidadania e da consciência histórica, uma vez que o desenvolvimento do aluno enquanto sujeito social, capaz de analisar de forma crítica a realidade, pressupõe a compreensão da história política do país e de tudo o que essa integra: embates, projetos, problemas e dificuldades nas relações entre Estado e sociedade, e construção democrática.

Nesse processo de ensino e aprendizagem, o uso de fontes, oriundas de acervos como o de Walter Peracchi Barcelos, que abarcam momentos chave da história política brasileira, deveria se tornar cada vez mais constante em sala de aula. Reconhecemos, conforme explica Nadai (1993), que o uso de documentos, não apenas na condição de recurso, mas de sujeito e objeto do conhecimento histórico, tem crescido no ensino de História, com a intenção de analisar discursos múltiplos sobre os mais variados temas, aflorar diferentes tradições históricas e instigar o diálogo no ambiente escolar. Todavia, nem sempre são observados certos detalhes por docentes que aderem a este tipo de metodologia em suas aulas.

No que tange ao uso deste material no ensino, Pereira e Seffner (2008) afirmam que um erro recorrente percebido na utilização de fontes em sala de aula, fruto da ânsia em dar realidade ao relato histórico, é a tentativa de utilização deste material como forma de provar ou ilustrar argumentos e afirmações feitas pelos professores. Segundo estes autores, ao realizar isso, o docente anula a possibilidade de ensinar à criança ou ao jovem o papel desta fonte no interior de cada geração e o uso que delas se fez, e admite, tal como os positivistas, a

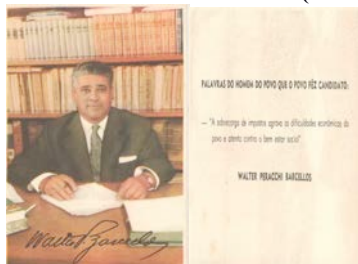
ideia de que a verdade histórica não está no relato, mas nas fontes. Além disso, Pereira e Seffner (Idem) refutam o “uso pelo uso” deste material. Para os autores, a ideia fixa do uso das fontes em sala de aula tem levado professores a utiliza-las sem a preocupação quanto aos fundamentos e implicações teóricas necessárias a sua aplicação, usando-as apenas como forma de tornar a aula mais atraente aos alunos.

Porém, ao abandonar a noção do documento apenas enquanto prova cabal, como podemos justificar o uso das fontes em sala de aula? De acordo com Pereira e Seffner (2008), o propósito do uso deste tipo de material no ensino é justamente o oposto. Para esses autores, as fontes históricas devem servir como meio de pôr fim ao caráter de prova do documento, atribuído a ele desde a história tradicional, bem como de demonstrar aos estudantes a complexidade da construção do conhecimento histórico. Seu uso pode ser extremamente proveitoso ao ensino, desde que seu objetivo seja a complexidade, e não a facilitação: para além de uma rasa apreciação do material, o objetivo do docente que se dispõe a trabalhar com fontes em sala de aula deve instigar o aluno a desconfiar do documento e olha-lo como uma construção do seu tempo, produzido por uma sociedade no intuito de mostrar a gerações futuras uma imagem de si.

MOBILIZAÇÃO ELEITORAL NA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA A PARTIR DO ACERVO DE WALTER PERACCHI BARCELOS: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE

Com base nas orientações dadas pelos autores já discutidos, buscamos de forma não definitiva, por meio de parte da documentação presente no acervo de Walter Peracchi Barcelos, indicar possíveis abordagens em sala de aula, referentes às estratégias de mobilização utilizadas em eleições e campanhas eleitorais durante a Terceira República. A seguir, selecionamos uma amostragem do material utilizado por Walter Peracchi Barcelos em campanha, bem como fotografias e matérias jornalísticas.

Figura 1 - Santinho de campanha de Walter Peracchi Barcelos (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 2 - Cartaz de campanha de Walter Peracchi Barcelos (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 3 - Cartaz de campanha de Walter Peracchi Barcelos (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 4 - Flâmula de campanha de Walter Peracchio Barcelos (1958).



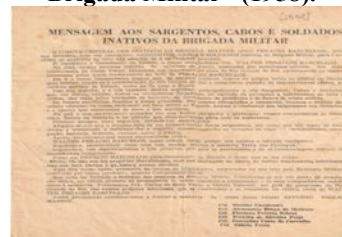
Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 5 - Panfleto de campanha eleitoral “...e a flauta pegou!” (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 6 - Panfleto “Mensagem aos sargentos, cabos e soldados inativos da Brigada Militar” (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 7 - Panfleto “O Mar de Lama”. (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 8 - Panfleto “Proclamação ao povo do Rio Grande” (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 9 - Panfleto “Aos distintos companheiros oficiais e praças da Brigada Militar” (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 10 - Panfleto “Atenção Inativos da Lei Peracchi” (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 11 - Cartaz de campanha (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 12 - Visita e caminhada em cidade não identificada (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 13 - Comício em cidade não identificada (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 14 - Discurso de Peracchi em festividade (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 15 - Festividade em cidade não identificada (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 16 - Festividade em cidade não identificada (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 17 - Inauguração de comitê eleitoral (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 18 - Inauguração de comitê eleitoral (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHRs)

Figura 19 - Mensagem de apoio de um deputado do PSB (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHR)

Figura 20 - Ataques a gestão de Ernesto Dornelles e ao PTB (1958)



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHR)

Figura 21 - “A pedido” acerca de comício em Rio Grande (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHR)

Figura 22 - “A pedido” contendo ataques a Leonel Brizola (1958).



Fonte: Arquivo Particular Walter Peracchi Barcelos (AHR)

Em linhas gerais, é viável realizar em sala de aula, a partir da documentação acima apresentada e do contexto histórico trabalhado, um debate acerca da importância das estratégias de mobilização na reestruturação política nacional, após a ditadura de Vargas, e na construção de um sistema eleitoral democrático. Além disso, diante de fortes acusações e respostas (Figuras 5, 7, 20, 22), distribuição de panfletos, santinhos, cartazes e materiais diversos (Figuras 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10 e 11) e larga mobilização, que incluiu comícios, caminhadas, visitas às cidades e vilas, inaugurações de comitês e diretórios, entre outras festividades (Figuras 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18), é possível questionar os discentes a respeito do que essas estratégias de mobilização nos revelam acerca do período, ou seja, fazê-los inferir sobre a emergência de um cenário extremamente competitivo e um sistema político significativamente mais democrático, caracterizado pela necessidade de convencimento e conquista do voto, frente à ampliação e mudança de perfil do eleitorado, que se tornava cada vez mais urbano, com mais acesso a informação e, conseqüentemente, mais crítico. Um cenário de aprendizagem política, tanto para partidos e candidatos, quanto para eleitores.

Em uma análise mais específica, podem-se debater estas estratégias de mobilização e sua relação com três agentes centrais do processo eleitoral: o eleitor, o candidato e a imprensa. No que diz respeito ao eleitor, ou mais especificamente a produção deste, Offerlé afirma: “Produzir um eleitor consiste, então, em inventar uma esfera própria do político desvinculada do social, mas que reinveste as relações sociais instituídas segundo outras regras. Produzir um eleitor é produzir agentes que reconhecem um interesse na competição eleitoral” (2005, p. 356). Todavia, o autor percebe uma série de dificuldades relativas a esta produção, pois apesar do sufrágio ser uma “solicitação” do Estado e também uma “conquista” do povo, não há grande significado em ser eleitor neste período. Foi necessário, segundo Offerlé (Idem), fazer compreender, por parte do cidadão, a relação entre o ato de votar e todas as funções do Estado, bem como mostrar a este o reflexo do seu voto sobre os rumos da nação, com base na escolha de seu representante. Esse aprendizado, por sua vez, ocorreu pela repetição do ato, uma vez que, para o autor, “a repetição cria o hábito, e sobretudo a multiplicidade das disputas eleitorais fornece a essas diversas disputas um grau suficiente de realidade que permite que a cidadania encontre matéria para se exercer: ver para que serve concretamente o voto” (OFFERLÉ, 2005, p. 355). No centro destas disputas eleitorais, as estratégias de mobilização exerceram, como referido anteriormente, um papel proeminente, tanto na fabricação do eleitor quanto na construção de laços entre os mesmos, os partidos e os candidatos, que levam, conseqüentemente, à conquista do voto. Desta maneira, é possível, em sala de aula, uma abordagem acerca da relevância, no período analisado, de comícios (Figura 13), visitas às cidades, bairros e vilas (Figura 12), distribuição de santinhos, panfletos, cartazes e flâmulas (Figuras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11) e notas de jornais (Figuras 20, 21, 22, 23), no fomento ao interesse político e na conseqüente produção do eleitor, até então pouco – ou nada – familiarizado com as práticas eleitorais e seus significados.

O período da experiência democrática caracterizou-se como um momento de aprendizagem não apenas para o eleitor, mas também para os indivíduos envolvidos no jogo político. Para além da construção do eleitor, do eleitorado e de um corpo eleitoral, é possível, a partir da documentação presente neste acervo, pensar e discutir em sala de aula de História acerca das formas com que tais indivíduos, no período da experiência democrática, se construíram enquanto políticos e desenvolveram uma competência específica, sem a qual o sucesso no jogo político é inviável: o *habitus* político. Conforme explica Bourdieu (2012), o *habitus* pode ser definido, dentre outras formas, como um conjunto de capacidades gerais, como o domínio de uma linguagem e de uma retórica política, vital, por exemplo, nas relações

com os profanos e a qual o autor classifica como *habitus “do tribuno”*. Em um sistema político extremamente competitivo como o da experiência democrática, foi necessário a estes políticos – tanto aos mais antigos, oriundos da República Velha ou do Estado Novo, quanto os mais jovens, que “nasceram” politicamente no contexto da Terceira República – serem extremamente hábeis na aquisição de domínio destas competências, perceptíveis nas Figuras 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, seja na forma de discursos, na de um contato mais próximo com as massas ou, ainda, na tentativa de “fazer ser visto” pelo eleitor.

Por fim, no que tange a imprensa, Jeanneney (2003) afirma que um dos questionamentos que por muito tempo permeou a mente de estudiosos, dizia respeito à influência da mídia sobre a opinião pública e à forma com que o Estado, os partidos políticos e outros grupos se fazem valer deste meio para pressioná-la. Para o autor, tal mecanismo desempenha um papel relevante na evolução dos comportamentos políticos, em especial no que diz respeito aos votos. Tal proeminência é, no contexto político da primeira experiência democrática brasileira, reiterada por Angeli (2016). Conforme o autor, a circulação de impressos exercia neste período um papel fundamental na mobilização eleitoral, uma vez que a televisão, por exemplo, ainda não possuía grande destaque no pleito.

Frente a esta relevância e ao conteúdo observado nas matérias de jornal, a imprensa – em especial a escrita – pode ser percebida e abordada em sala de aula de duas maneiras: (a) como fonte, capaz de conceder ao pleito certa periodicidade e fornecer relatos acerca de acontecimentos ligados a ele – comícios e visitas às cidades e vilas (vide Figura 21), declarações de apoio (vide Figura 19), ataques a adversários (vide Figuras 20 e 22), convenções, escolha dos candidatos pelos partidos, formação de alianças, qualificação eleitoral, inauguração de comitês, diretórios e subdiretórios e exposição de programas e propostas – e (b) como objeto de análise, uma vez compreendida por partidos e candidatos como canal de comunicação com o eleitorado, capaz de despertar o interesse pela política, construir prestígio e popularidade e dar visibilidade aos elegíveis.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA⁶: CAMPANHAS ELEITORAIS E MOBILIZAÇÃO NA TERCEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA (1945-1964)

Estrutura curricular

⁶ Sobre sequência didática ver: Leal, Brandão e Albuquerque, 2012, p. 147-174.; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal do Professor. Disponível em <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/buscarAulas.html?busca=sequencia+did%C3%A1tica&tipopesquisa=1&modalidade=&componente=&tema=&uf=&ordem=0&ba=false#resultado>>. Acesso em 10/03/2016.

Modalidade/Nível de ensino	Componente curricular	Tema
Ensino Médio – 3º ano	História	Experiência Democrática Brasileira – Campanha eleitoral de 1958

Dados da Aula

Competências

- Reconhecer a natureza específica de cada fonte histórica.
- Criticar, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa.
- Aceitar a possibilidade de várias interpretações para um mesmo acontecimento.
- Exercitar-se nos procedimentos metodológicos específicos para a produção do conhecimento histórico.
- Problematizar a vida social, o passado e o presente, na dimensão individual e social.
- Comparar problemáticas atuais e de outros momentos históricos.
- Perceber a complexidade das relações de poder entre os sujeitos históricos.
- Identificar e criticar as construções da memória de cunho propagandístico e político.
- Construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica a partir do reconhecimento do papel do indivíduo nos processos históricos, simultaneamente, como sujeito e como produto destes.

Duração das atividades: Aproximadamente 450 minutos (09 aulas).

Conhecimentos prévios trabalhados pelo professor com o aluno:

- Habilidades de leitura e escrita.
- Conhecimentos acerca da República Velha e Era Vargas.

Estratégias e recursos da aula:

Leitura e produção textual; debate; aulas expositivas e dialogadas; visita guiada ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; trabalho em grupo; uso do laboratório de informática (se houver na escola); roda de conversa.

Atividades

Atividade 1: Política nacional, eleições e voto

Duração: 50 minutos

Considerando a faixa etária da maioria dos discentes envolvidos neste projeto, entre 16 e 18 anos, podemos pensar que muitos desses jovens possuem pouca – ou quase nenhuma – familiaridade com os processos eleitorais e com o cotidiano político. Na maioria

das vezes, seu contato com o assunto ocorre via redes sociais ou televisão, e não em sala de aula. Com base nisso, julgamos ser relevante, em um primeiro momento, um debate acerca dos seguintes pontos: o papel do presidente, senadores e deputados federais, a nível nacional; o papel do governador e deputados federais, a nível estadual; o papel do prefeito e vereadores, a nível municipal; o significado das eleições e campanhas eleitorais; o cotidiano das campanhas eleitorais; a importância da análise de programas e propostas; a importância do voto; a importância do acompanhamento do desempenho desses políticos em mandato; outros questionamentos, caso realizados pela turma.

Uma abordagem acerca destes e de outros pontos permite, em sala de aula, uma reflexão acerca do papel do político na sociedade e do papel do indivíduo – neste caso, o aluno – enquanto cidadão, e permite pensar acerca de outros assuntos, como, a construção da democracia no Brasil, gênese do sistema político eleitoral brasileiro, a formação dos primeiros partidos políticos e o aprendizado político, por parte de eleitores e elegíveis.

Atividade 2: A Terceira República e a experiência democrática brasileira

Duração: 100 minutos

Compreender as experiências democráticas passadas e tudo que as mesmas abrangem consiste em um importante passo para a construção da cidadania. Em um segundo momento, pensamos em uma aula expositiva e dialogada, no qual serão abordados os seguintes temas: fim do Estado Novo e democratização; formação dos partidos políticos nacionais; eleições para presidente – 1945, 1950, 1955, 1960 – e eleições para governador do Rio Grande do Sul – 1947, 1950, 1954, 1958, 1962; crise da década de 1960, golpe militar e fim da experiência democrática.

Interessa-nos, nesta sequência didática, uma abordagem diferenciada a partir de fontes primárias, ou, mais especificamente, fontes oriundas de acervos particulares. Para este fim, planejamos uma visita guiada em uma instituição detentora deste tipo de documentação.

Atividade 3: Visita guiada ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs)

Duração: 100 minutos

A instituição escolhida para visita é o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, localizado no bairro Centro Histórico, em Porto Alegre/RS. A visita ocorrerá no turno da manhã, sob orientação de um dos técnicos do local. A proposta desta visita é, primeiramente, fomentar nos discentes o interesse pela pesquisa e pelo contato com o Arquivo, pouco

explorado por professores de história no ensino da disciplina⁷. Além disso, busca-se colocar os estudantes em contato com as fontes primárias, em especial, documentação oriunda de acervos particulares, ainda pouco analisados por docentes e pesquisadores em geral. Dando ênfase ao acervo particular de Walter Peracchi Barcelos, os alunos deverão, sob orientação, manusear, ler e fotografar todo tipo de material (santinhos, cartazes, flâmulas, panfletos, discursos, jornais, fotografias, correspondências expedidas e recebidas, entre outros) referente à campanha eleitoral e as eleições de 1958, para uso posterior, em atividade a ser desenvolvida em sala de aula. Terão de organizar o *corpus* documental, trabalhando-o por fichamentos. Além disso, deverão produzir um relatório acerca da visita, para ser entregue em data a ser marcada pelo professor.

Atividade 4: Simulação de campanha eleitoral em sala de aula

Duração: 200 minutos

Com base nas discussões anteriormente realizadas acerca do papel exercido por políticos no Executivo e no Legislativo, do significado e cotidiano das campanhas eleitorais, da importância da análise de propostas e programas, assim como do voto, propomos a simulação de uma campanha eleitoral – a nível estadual – em sala de aula. Esta simulação de campanha ocorrerá com base no contexto da segunda metade da Terceira República (1955 – 1964), conforme as orientações a seguir:

- A turma deverá escolher 3 alunos, que exercerão o papel de candidatos ao Governo do Rio Grande do Sul.
- Escolhidos os candidatos, estes deverão indicar os alunos que farão parte de seus partidos políticos e que auxiliarão em campanha eleitoral.
- Com base na documentação do acervo de Walter Peracchi Barcelos, os alunos deverão criar, seu próprio material de campanha como, santinhos, panfletos, flâmulas, cartazes, entre outros; bem como um cronograma que inclua comícios, caminhadas, visitas às cidades, entre outros, à luz das práticas eleitorais da experiência democrática.
- Além do material de campanha, os alunos deverão elaborar, com base no contexto econômico, político e social vivido pelo Rio Grande do Sul entre os anos de 1955 e 1964, um programa de governo e uma série de propostas que atendessem às necessidades do Estado naquele período.

⁷ Um dos autores deste trabalho foi estagiário do AHRS durante um ano e dois meses.

- Tanto a produção do material de campanha, quanto o programa de governo e as propostas, poderão ser elaborados em dois períodos (100 minutos) disponibilizados pelo professor, nos qual os alunos utilizarão a sala de aula e laboratório de informática (caso houver). Além disso, é permitida a elaboração deste material fora do período de aula.
- Por fim, os candidatos participarão de um debate, auxiliados pelos outros integrantes dos grupos, quando serão expostos os programas e propostas elaborados por cada um. O debate ocorrerá em sala de aula, e terá a duração de dois períodos (100 minutos).

Avaliação

A avaliação ocorrerá em todas as etapas da Sequência. Dever-se considerar o envolvimento dos alunos nas atividades propostas, bem como a qualidade do relatório produzido na atividade 3 e dos materiais produzidos na atividade 4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registros de eleições e campanhas eleitorais, como os que compõem o acervo particular de Walter Peracchi Barcelos, representam, enquanto fontes, a possibilidade de nos aproximarmos dos anseios dos eleitores em determinado momento histórico, dos programas e propostas apresentados por candidatos e partidos, em decorrência das demandas ou dos programas e propostas apresentados em oposição e, também, das estratégias utilizadas por esses políticos e dos cálculos por eles realizados. Todavia, para além da factualidade do pleito e dos fatos que o antecedem, também nos foi permitido, como aponta a análise realizada neste trabalho, uma reflexão acerca da emergência das estratégias de mobilização no contexto da experiência democrática brasileira, assim como sua relação com inúmeros protagonistas do processo eleitoral, tais como eleitores – e o papel das estratégias de mobilização eleitoral na construção dos mesmos –, candidatos – e a relevância das estratégias de mobilização na aquisição, desenvolvimento e consolidação de competências específicas necessárias para a obtenção de sucesso no jogo político –, e imprensa – imprescindível no processo eleitoral e reconhecida por partidos e candidatos como um importante canal de comunicação com o eleitor e de mobilização do mesmo, o que faz com que possa ser abordada tanto como fonte quanto como objeto de análise.

Com base nisso, podemos reafirmar a ideia de que o uso de fontes primárias oriundas de acervos particulares no ensino de História – especialmente no que refere à Terceira República e à experiência democrática – auxilia na compreensão de discursos

diversos – essenciais para o conhecimento sobre o período – e incentiva o diálogo no ambiente escolar, desde que, é claro, seja usado como forma de instigar o aluno a questionar e compreender o documento como um produto do seu tempo, e não apenas como uma tentativa de dar realidade ao relato histórico. Afora o aprendizado de uma forma mais diversificada, que proporciona ao aluno múltiplas reflexões acerca do mesmo período histórico, tal modelo de abordagem colabora naquele que é um dos principais objetivos da História enquanto disciplina escolar: a formação cidadã e a preparação do indivíduo para a vida democrática a partir da construção de uma consciência histórica, que possibilita ao aluno, entre outras coisas, analisar de forma crítica a realidade da democracia brasileira na atualidade, com base em experiências democráticas passadas.

REFERÊNCIAS

ANGELI, Douglas S. Experiência democrática, eleições municipais e imprensa: estudo sobre as campanhas eleitorais em Canoas/RS (1947-1963). In: VII Seminário Nacional Sociologia e Política: Instituições e Democracia na América Latina, 2016, Curitiba. **Anais VII Seminário Nacional de Sociologia e Política**. Curitiba: UFPR, 2016.

AZEVEDO, Armando Fay de. Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v.8, pp. 255-278, 1960.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BARROS, José d' Assunção. **Teoria da História** – Vol. I – Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debatendo Terry Cook. **Estudos Históricos**, nº 21, v.1, pp. 201-207, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. CONARQ. **Legislação Arquivística Brasileira** [online]. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/coletanea/maio_2016/jan_2017/CONARQ_legarquivos_janeiro_2017_pdf.pdf>. Acesso em 9 ago. 2017.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CABRINI, Conceição. **Ensino de história**: revisão urgente. São Paulo: EDUC, 2000.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e Representação Política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CÓRTEZ, Carlos E. **Política Gaúcha**: 1930 – 1964. Porto Alegre. Edipucrs, 2007.

CPDOC, FGV. **Dicionário Histórico Biográfico** [online]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 23 nov. 2016.

- CPDOC, FGV. **O que são arquivos pessoais** [online]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>>. Acesso em 24 nov. 2016.
- FERREIRA, Jorge (org.). **O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**, nº 10, v.5, pp. 265-271, 1992.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de Ensino de História**. São Paulo: Papirus Editora, 2003.
- FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da STASI ou a miragem dos arquivos. In: JULIA, Dominique; BOUTIER, Jean. **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 1998.
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice JUPERJ, 1988.
- GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. **Estudos Históricos**, nº 21, v. 11, pp. 121-127, 1998.
- HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- JEANNENEY, Jean-Noel. A mídia. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- LEAL, T. F.; BRANDÃO, A. C. P.; ALBUQUERQUE, R. K. Por que trabalhar com sequências didáticas? In: FERREIRA, A. T. B.; ROSA, E. C. S. (Orgs.). **O fazer cotidiano na sala de aula: a organização do trabalho pedagógico no ensino da língua materna**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 147-174.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal do Professor. Disponível em <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/buscarAulas.html?busca=sequencia+did%C3%A1tica&tipopesquisa=1&modalidade=&componente=&tema=&uf=&ordem=0&ba=false#resultado>>. Acesso em 10 mar. 2016.
- MORAN, Jose M. Mudando a educação com metodologias ativas. In: **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Coleção Mídias Contemporâneas. 2015. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf>. Acesso em 30 mai. 2016.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25-26, pp. 143-162, 1993.
- OFFERLÉ, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. In: CANÊDO, Leticia Bicalho (Org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005,
- OFFERLÉ, Michel. Los oficios, la profesión y la vocación de la política. **PolHis**, Buenos Aires, n. 7, p. 84-99, 2011.
- OFFERLÉ, Michel. **Perímetros de lo político: contribuciones a una socio-historia de la política**. Buenos Aires: Antropofagia, 2011b.
- PENNA, R.S, GRAEBIN, Cleusa M.G. Acervos Privados: indivíduo, sociedade e história. **Saeculum**, v. 23, pp. 123-133, 2010.

PEREIRA, Nilton Mullet, SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, v.15, n. 28, pp. 113-128, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: Verdade! Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. **Estudos Históricos**, nº 11, v. 21, pp. 105-119, 1998.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RÉMOND, René. As eleições. In: _____ (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão. **Patrimônio e memória**: v. 3, pp. 11-21, 2007.

Fontes documentais

Acervo Particular Walter Peracchi Barcelos

Série Atividades Partidárias:

Doc. 9.007.13.4

Doc. 9.13B.13.4

Doc. 9.015.13.4

Doc. 9.016.13.4

Doc. 9.017.13.4

Doc. 9.019.13.4

Doc. 9.020.13.4

Doc. 9.021.13.4

Doc. 9.022.13.4

Doc. 9.023.13.4

Série Fotos:

Doc. Sem número.

Série Jornais:

Doc. 13.169.26.11

Doc. 13.170.26.11

Recebido em 10/08/2017

Aceito em 16/11/2017